

Consolidação de Contas

20



Matosinhos
Câmara Municipal

13



Índice

- 1 | Relatório de Gestão Consolidado
- 2 | Balanço Consolidado
- 3 | Demonstração de Resultados Consolidada
- 4 | Fluxos de Caixa Consolidados
- 5 | Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 6 | Certificação Legal das Contas

1

Relatório de Gestão Consolidado

Consolidação
de
Contas

2013



1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se assistido, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, têm vindo a recorrer a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O município de Matosinhos não foi excepção e constituiu duas empresas Municipais: em 1999, a MatosinhosHabit – Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EEM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objecto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, EEM, que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar actividades e eventos de animação desportiva.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das actividades desenvolvidas e à necessidade de objectividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objectivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais. A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) veio determinar a obrigatoriedade da consolidação de contas para os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local. De facto, o n.º 1 daquele artigo estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.”

No entanto, apesar de o n.º 2 do artigo 46.º remeter para o POCAL relativamente aos procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais, o certo é que, até ao momento, este diploma não abrange esta temática.

Em 15 de junho de 2010, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” e cujo âmbito inclui os municípios.

No entanto, apenas no início de maio de 2011, foram publicadas pelo grupo SATAPOCAL um conjunto de instruções que permitiriam a aplicação deste regime pelos municípios de forma

coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.

De acordo com as disposições transitórias para o exercício 2010 constantes no conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, o exercício de 2010 foi considerado como o “ano zero” da consolidação de contas no subsector das autarquias locais, sendo que, no ano em curso, é já possível ter uma base de comparação relativamente à informação financeira consolidada.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades dos sector empresarial local, devem proceder à elaboração de contas consolidadas. Neste sentido, o Grupo Público Municipal engloba o município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EEM e Matosinhos Sport - MS, EEM.

A Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, foi constituída com o objectivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos Programas Municipais de Fomento Desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport - MS, hoje denominada EEM – Entidade Empresarial Municipal, apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do Associativismo Desportivo.

A MatosinhosHabit – MH, EEM, tem como objecto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4284 fogos distribuídos por todas as Freguesias do Concelho.

Ad contrarium, e uma vez que o artigo 46.º da Lei n.º 2/2007 apenas se refere às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entende-se que o espírito da lei seria de não incluir entidades em que a participação no capital fosse inferior a 100%. Neste sentido, não incluem o perímetro de consolidação as seguintes entidades:

1. LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, SAD
2. METRO DO PORTO, S A.
3. PRIMUS - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EMT, S.A.
4. EDP GÁS - DISTRIBUIÇÕES, S. A.
5. ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S. A.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adoptado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A crise financeira e económica internacional afectou também, como é público, a economia portuguesa. Sobretudo a partir de 2009, mas já com significado em 2008, a actividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi excepção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa está desde 2011 sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorpora uma estratégia que visa corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (quer público, quer privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década.

Apesar do contexto internacional desfavorável em que se tem vindo a implementar o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade

líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafetação de recursos no sentido dos sectores produtores de bens e serviços transacionáveis.

Apesar desta conjuntura adversa, os resultados apresentados pelo Município de Matosinhos são globalmente positivos, evidenciando que a autarquia tem conseguido manter o equilíbrio financeiro, nomeadamente através do recurso a fundos comunitários, conseguindo, dessa forma, garantir o nível de investimentos dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2013, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro n.º 1
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2013	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	619.259.635,43	91,9
<i>Bens de Domínio Público</i>	94.001.107,38	14,0
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	432.941,02	0,1
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	523.506.434,04	77,7
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.319.152,99	0,2
CIRCULANTE	54.412.305,55	8,1
<i>Existências</i>	416.378,80	0,1
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	58.437,62	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	37.926.239,35	5,6
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	12.815.474,75	1,9
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	3.195.775,03	0,5
TOTAL DO ATIVO	673.671.940,98	100,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	455.065.643,93	67,6
<i>Património</i>	425.681.535,42	63,2
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	19.001.308,99	2,8
<i>Resultados Transitados</i>	7.686.140,92	1,1
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	2.696.658,60	0,4
PASSIVO	218.606.297,05	32,4
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	9.904.092,90	1,5
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	40.411.492,31	6,0
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	14.207.469,77	2,1
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	154.083.242,07	22,9
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	673.671.940,98	100,0

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que peso relativo do Ativo Fixo é de 91,9%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais das contas do município de Matosinhos. Em termos de grupo, o município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,9% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 8,1%, a posição do município apresenta um peso ligeiramente menor (98,1%)

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2014 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e que representa 4,027 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo, apesar de toda ela ter assistido a um importante decréscimo entre 2012 e 2013. De fato, a utilização menos intensa dos empréstimos de longo prazo previamente contratados, face ao que havia ocorrido em 2012, decorrente da conclusão dos investimentos até maio de 2013, a reformulação de candidaturas aos fundos comunitários (através do aumentos do valor elegível e/ou da taxa de participação), associado ao esforço bem sucedido de redução da dívida de curto prazo, foram determinantes para este resultado.

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 455.065.643,93 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 93,5% neste agregado. Há que assinalar, dentro deste agregado, um contributo positivo dos Resultados Líquidos do Exercício, que se deve, à semelhança aliás do que acontece nas contas do município de Matosinhos, da redução de custos associada aos fornecimentos e serviços externos, por um lado, e às provisões do exercício terem sido radicalmente inferiores ao ocorrido no ano transacto.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo municipal, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Sendo o peso dos FSE's exactamente igual ao das amortizações, o peso dos custos com pessoal superou-os, em 2013, em 7,5 p.p. Há que destacar, ao nível dos FSE's, um importante esforço de contenção, quer através da renegociação de contratos, quer através da reestruturação dos serviços, e que se traduziu numa contração, pelo quarto ano consecutivo, dos valores deste agregado que neste quadriénio assistiu a uma redução de 9,1 milhões de euros.

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 45,6% dos proveitos do grupo municipal. Porém, convirá também realçar a forte queda deste agregado entre 2012 e 2013. De facto, os impostos e taxas caíram 6,3 milhões de euros fruto do decréscimo de todos os impostos cuja receita reverte para os municípios, com excepção do Imposto Único de Circulação. O IMI, fruto do processo de avaliação geral dos prédios urbanos ocorrida assistiu a uma diminuição de 2,52 milhões de euros. Também o IMT e a Derrama tiveram evoluções muito desfavoráveis face a 2012 resultante de uma conjuntura económica altamente desfavorável: o primeiro apresentou uma quebra de 40% e a segunda de 30%, o que se traduziu na quebra de 5,4 milhões de euros. Se estas quebras não tivessem ocorrido, teríamos assistido a Resultados Operacionais positivos quer do Município individualmente, quer do grupo municipal.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários, assistiram, por outro lado, a um acréscimo de 10 milhões de euros decorrentes, essencialmente da anulação de provisões anteriormente constituídas fruto dos acordos celebrados com as Petrolíferas, desfecho favorável de processos judiciais em curso e redução da participação financeira no Leixões Sport Club – Futebol, S.A.D.

Quadro n.º 2
Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2013	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	658.407,73	0,6
Fornecimentos e Serviços Externos	25.791.467,91	25,3
Custos com o Pessoal	33.458.699,71	32,8
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	6.564.661,47	6,4
Amortizações do Exercício	25.857.392,34	25,3
Provisões do Exercício	139.527,91	0,1
Outros Custos Operacionais	147.671,31	0,1
(A) Custos e Perdas Operacionais	92.617.828,38	90,7
Custos e Perdas Financeiros	887.066,36	0,9
(C) Custos e Perdas Correntes	93.504.894,74	91,6
Custos e Perdas Extraordinários	8.625.581,82	8,4
Total dos Custos e Perdas	102.130.476,56	100,0
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	9.500.470,73	9,1
Impostos e Taxas	47.749.439,98	45,6
Variação da Produção	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	17.135,51	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	26.271.273,55	25,1
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.100.349,46	2,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	85.638.669,23	81,7
Proveitos e Ganhos Financeiros	491.116,28	0,5
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	86.129.785,51	82,2
Proveitos e Ganhos Extraordinários	18.697.349,65	17,8
Total dos Proveitos e Ganhos	104.827.135,16	100,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-6.979.159,15	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-395.950,08	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-7.375.109,23	
Resultados Extraordinários:	10.071.767,83	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	2.696.658,60	

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efectiva ter sido de cerca de 106,6 milhões de euros, o recurso ao financiamento bancário revelou-se uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2010	2011	2012	2013
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	44.729.072,68	42.047.221,74	46.834.400,59	45.504.340,02
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	2.992.748,38	9.456.255,80	4.313.825,40	634.116,49
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	5.674.599,32	4.669.076,95	5.643.885,97	5.335.213,96
5 - Rectificação de anos anteriores	74.778,75	0,00	0,00	0,00
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	42.047.221,74	46.834.400,59	45.504.340,02	40.803.242,55
Taxa de Crescimento da Dívida	-6,0%	11,4%	-2,8%	-10,3%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos quatro anos, verificando-se uma tendência descendente, uma vez que a dívida passou, de 49.606.021,40 euros, em 2007, para 40.803.242,55 euros em 2013. Esta tendência inverteu-se em 2011, fruto da utilização quer dos empréstimos relacionados com o PROHABITA, quer sobretudo pela utilização do empréstimo contratado em 2009 para financiamento de diversos empreendimentos, a maior parte dos quais co-financiados por fundos comunitários, mas retomou logo em 2012, reforçando-se com grande expressão no exercício de 2013.

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 13,9% quer do ativo total do município de Matosinhos quer do ativo total do Grupo Municipal) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 4

Indicadores	2013
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo / Ativo Total	91,9%
Ativo Circulante / Ativo Total	8,1%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	1138,1%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	18,5%
Passivo curto prazo / Passivo Total	6,5%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	284,4%
Análise do Activo Fixo	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	15,32
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	31,4%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	3,1%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	8,9%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	90,2%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	383,0%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Ativo total	8,1%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua muito ténue, ao contrário do que se passa com o ativo fixo. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante é enorme (1.138,1%).

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, cerca de um terço do peso do passivo de médio e longo prazo, seguindo uma tendência descendente à semelhança do que já ocorrera em 2011 e 2012. Se a dívida relativa

a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2014 (amortizações de capital) não se encontrasse relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, o passivo de curto prazo seria inferior em 4,0 milhões de euros, atingindo o montante de 10.180.741,99 euros.

Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 5,8 p.p. .

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do Grupo Municipal, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 15 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 13,9% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2013, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 31,4%, ligeiramente superior ao verificado em 2012 (28,6%).

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2013, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram pouco menos do passivo de curto prazo. Se a este retirarmos a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2014, teríamos uma situação em que as disponibilidades do grupo superavam a dívida de curto prazo em 2,6 milhões de euros.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo e com uma tendência claramente demarcada: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 8,1%. Tem-se assistido, desde 2010, a uma melhoria considerável deste índice: em 2012 apresentava um valor de 9,1%; em 2011, de 11,7%; e no ano 2010 de 12,7%.

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do Grupo Municipal, como um todo, solver as suas obrigações numa perspectiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na óptica da capacidade de

continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três ópticas, assumindo em todas valores muito confortáveis:

Solvabilidade I Fundo Patrimonial / Passivo	208,2%
Solvabilidade II Ativo Líquido / Passivo	308,2%
Solvabilidade Adaptado Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	265,2%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2013, aparece reflectido no Quadro n.º 5, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 114.930.955,89 euros – 106.601.641,21euros provenientes de receitas orçamentais e 8.329.314,68 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (103.550.473,18 euros), inferior em 3.051.168,03 euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 5.882.657,64 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 8.933.825,67 euros. A este saldo acrescem 3.881.649,08 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 5
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	9.687.421,11	Despesas Orçamentais	103.550.473,18
Execução Orçamental	5.882.657,64	Correntes	74.226.948,13
Operações de Tesouraria	3.804.763,47	Capital	29.323.525,05
Receitas Orçamentais	106.601.641,21	Operações de Tesouraria	8.252.429,07
Correntes	90.814.121,56	Saldo para a Gerência Seguinte	12.815.474,75
Capital	15.759.051,94	Execução Orçamental	8.933.825,67
Outras	28.467,71	Operações de Tesouraria	3.881.649,08
Operações de Tesouraria	8.329.314,68		
Total	124.618.377,00	Total	124.618.377,00

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2013, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 8.329.314,68 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 8.252.429,07 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

2

Balanço Consolidado

Consolidação
de
Contas

2013



BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2013

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	2013			2012
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	6 096 752,43	0,00	6 096 752,43	5 279 679,19
452	Edifícios	2 940 055,61	182 469,67	2 757 585,94	2 753 737,24
453	Outras construções e infra-estruturas	244 270 438,87	170 988 126,55	73 282 312,32	73 931 592,10
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2 158 019,72	151 996,53	2 006 023,19	2 031 378,09
459	Outros bens de domínio público	1 558 452,62	371 305,59	1 187 147,03	1 092 628,42
445	Imobilizações em curso	8 671 286,47	0,00	8 671 286,47	15 864 402,70
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		265 695 005,72	171 693 898,34	94 001 107,38	100 953 417,74
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	17 657,45	17 657,45	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 687 638,80	1 561 786,11	125 852,69	10 352,50
433	Propriedade industrial e outros direitos	179 187,65	68 578,25	110 609,40	105 892,72
443	Imobilizações em curso	196 478,93	0,00	196 478,93	350 264,71
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 080 962,83	1 648 021,81	432 941,02	466 509,93
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	132 315 034,46	0,00	132 315 034,46	132 087 635,09
422	Edifícios e outras construções	433 839 957,77	82 103 001,61	351 736 956,16	329 264 569,51
423	Equipamento básico	13 216 363,34	11 076 485,21	2 139 878,13	2 209 225,90
424	Equipamento de transporte	4 709 087,24	4 401 545,51	307 541,73	251 324,72
425	Ferramentas e utensílios	1 562 647,10	1 554 040,43	8 606,67	9 002,77
426	Equipamento administrativo	8 179 248,43	7 697 809,50	481 438,93	738 937,16
427	Taras e vasilhame	569,24	569,24	0,00	17,82
429	Outras imobilizações corpóreas	5 818 024,08	3 849 224,73	1 968 799,35	5 309 105,24
442	Imobilizações em curso	34 477 804,97	0,00	34 477 804,97	64 786 652,56
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	70 373,64	0,00	70 373,64	70 373,64
		634 189 110,27	110 682 676,23	523 506 434,04	534 726 844,41
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 329 152,99	10 000,00	1 319 152,99	1 319 152,99
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 329 152,99	10 000,00	1 319 152,99	1 319 152,99
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	416 378,80	0,00	416 378,80	294 877,56
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		416 378,80	0,00	416 378,80	294 877,56
282	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
	Empréstimos concedidos	58 437,62	0,00	58 437,62	71 262,98
		58 437,62	0,00	58 437,62	71 262,98
281	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	486 817,25	0,00	486 817,25	454 183,46
212	Contribuintes c/c	1 168 576,71	460 001,49	708 575,22	581 140,07
213	Utentes c/c	560 269,45	0,00	560 269,45	453 292,99
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4 629 732,58	4 485 118,49	144 614,09	365 632,46
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	71 587,61	0,00	71 587,61	71 587,61
24	Estado e outros entes públicos	77 911,59	0,00	77 911,59	89 805,45
264	Administração autárquica	299 573,85	0,00	299 573,85	299 573,85
262+263+267+268	Outros devedores	47 289 783,15	11 712 892,86	35 576 890,29	37 018 379,33
		54 584 252,19	16 658 012,84	37 926 239,35	39 333 595,22
	Títulos negociáveis:				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
12	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
	Depositos em instituições financeiras	12 777 839,09	0,00	12 777 839,09	9 560 914,69
11	Caixa	37 635,66	0,00	37 635,66	126 506,42
		12 815 474,75	0,00	12 815 474,75	9 687 421,11
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	3 109 844,52	0,00	3 109 844,52	2 491 373,87
272	Custos diferidos	85 930,51	0,00	85 930,51	35 427,73
		3 195 775,03	0,00	3 195 775,03	2 526 801,60
	Total de amortizações		284 024 596,38		
	Total de provisões.....		16 668 012,84		
	Total do activo	974 364 550,20	300 692 609,22	673 671 940,98	689 379 883,54

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2013

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2013	2012
	Fundos próprios:		
51	Património	425 681 535,42	428 955 171,88
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	2 352 232,01	2 352 232,01
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	8 869 329,16	8 414 473,09
576	Doações	7 779 747,82	7 684 472,82
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
	Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	Resultados transitados	7 686 140,92	25 961 396,92
88	Resultado líquido em exercício	2 696 658,60	-13 640 617,67
		455 065 643,93	459 727 129,05
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	9 904 092,90	13 395 042,96
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	36 776 514,76	41 888 086,92
2212+2214	Fornecedores c/c	589 883,88	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	3 045 093,67	0,00
		40 411 492,31	41 888 086,92
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4 026 727,78	4 894 179,78
2311	Empréstimos de curto prazo	142 156,47	51 418,41
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	2 178 843,74	7 163 938,69
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias	2 724,60	2 724,60
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	342 348,93	795 193,65
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	Fornecedores de imobilizado c/c	2 542 113,65	2 905 218,66
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	2 390 688,46	2 327 871,90
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	25 822,51	288 747,65
24	Estado e outros entes públicos	671 731,72	445 984,53
264	Administração autárquica	0,00	692 931,74
262+263+265+267+268	Outros credores	1 481 041,35	681 057,91
217	Clientes e Uteses com Cauções	403 270,56	499 601,29
		14 207 469,77	20 748 868,81
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	6 107 849,75	5 977 853,12
274	Proveitos diferidos	147 975 392,32	147 642 902,68
		154 083 242,07	153 620 755,80
	Total do passivo	218 606 297,05	229 652 754,49
	Total dos fundos próprios e do passivo	673 671 940,98	689 379 883,54

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

3

Demonstração de Resultados Consolidada

Consolidação
de
Contas

2013



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2013

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2013	2012
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	13 408,84	12 300,25
	Matérias	644 998,89	729 488,43
62	Fornecimentos e serviços externos:	25 791 467,91	27 460 988,45
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	Remunerações	26 250 340,62	25 832 193,87
643 a 648	Encargos sociais	7 208 359,09	6 285 735,34
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	6 564 661,47	4 653 096,74
66	Amortizações do exercício	25 857 392,34	25 309 981,26
67	Provisões do exercício	139 527,91	15 788 178,11
65	Outros custos operacionais	147 671,31	180 922,78
		0,00	0,00
	(A)	92 617 828,38	106 252 885,23
68	Custos e perdas financeiros	887 066,36	1 673 242,73
		0,00	0,00
	(C)	93 504 894,74	107 926 127,96
69	Custos e perdas extraordinários	8 625 581,82	6 265 319,24
	(E)	102 130 476,56	114 191 447,20
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
	(G)	102 130 476,56	114 191 447,20
88	Resultado líquido do exercício	2 696 658,60	-13 640 617,67
	(X)	104 827 135,16	100 550 829,53
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	3 138,60	6 618,81
7112+7113	Venda de produtos	63 201,12	55 319,78
712	Prestações de serviços	9 434 131,01	9 635 231,59
72	Impostos e taxas	47 749 439,98	54 054 952,64
(a)	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	17 135,51	35 988,28
74	Transferências e subsídios obtidos	26 271 273,55	25 603 729,76
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	2 100 349,46	2 000 000,00
		0,00	0,00
	(B)	85 638 669,23	91 391 840,86
78	Proveitos e ganhos financeiros	491 116,28	603 755,52
	(D)	86 129 785,51	91 995 596,38
79	Proveitos e ganhos extraordinários	18 697 349,65	8 555 233,15
	(F)	104 827 135,16	100 550 829,53
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-6 979 159,15	-14 861 044,37
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-395 950,08	-1 069 487,21
	Resultados Correntes: (D - C)	-7 375 109,23	-15 930 531,58
	Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	2 696 658,60	-13 640 617,67

4

Fluxos de Caixa Consolidados

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2013

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		9 687 421,11	Despesas Orçamentais		112 038 679,48
Execução Orçamental	5 882 657,64		Correntes	81 712 424,05	
Operações de Tesouraria ..	3 804 763,47		Capital	30 326 255,43	
Receitas Orçamentais		115 089 847,51	Operações de Tesouraria		8 252 429,07
Correntes	98 427 291,55		Saldo para a Gerência Seguinte		12 815 474,75
Capital	16 260 417,13		Execução Orçamental	8 933 825,67	
Outras	402 138,83		Operações de Tesouraria	3 881 649,08	
Operações de Tesouraria		8 329 314,68			
Total		133 106 583,30	Total		133 106 583,30

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
Período findo em 31 de Dezembro de 2013

RUBRICAS	NOTAS	ANO 2013	ANO 2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de Clientes		16 100 609,30	5 781 383,59
Pagamento a Fornecedores		-33 433 920,75	-36 515 634,96
Pagamentos ao Pessoal		-33 500 126,98	-30 973 152,35
Caixa gerada pelas operações		-50 833 438,43	-61 707 403,72
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 893,18	-577,73
Outros recebimentos / pagamentos		66 509 756,00	77 362 916,66
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		15 674 424,39	15 654 935,21
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas/ Bens Dominio Público		-17 886 621,25	-24 498 237,18
Imobilizações incorpóreas		-59 124,13	-37 052,27
Investimentos Financeiros			0,00
Outros Activos			0,00
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas/ Bens Dominio Público		5 745,55	5 393,75
Imobilizações incorpóreas			0,00
Investimentos Financeiros			0,00
Outros Activos			0,00
Subsídios ao Investimento		11 246 363,55	13 908 430,06
Juros e Rendimentos similares			0,00
Dividendos			0,00
Fluxos de caixa das atividades investimento (2)		-6 693 636,28	-10 621 465,64
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento Obtidos		3 519 116,48	6 513 825,40
Realização de capital e o instrumentos de Capital Próprio			0,00
Cobertura de Prejuízos		0,00	0,00
Doações			0,00
Outras operações de financiamento		12 825,36	10 536,76
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-8 563 937,12	-8 174 201,04
Juros e gastos similares		-741 453,69	-964 012,57
Dividendos		-34 285,50	-16 294,52
Redução de Capital e o instrumentos de Capital Próprio			0,00
Outras operações de financiamento		-45 000,00	-11 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-5 852 734,47	-2 641 145,97
Variação de caixa e seus equivalentes		3 128 053,64	2 392 323,60
(4) = (1) + (2) + (3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 687 421,11	7 295 097,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 815 474,75	9 687 421,11

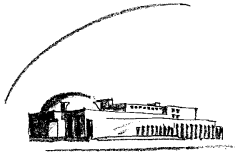
5

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Consolidação
de
Contas

2013





INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2013, reportado a 31 de Dezembro.

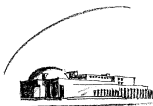
As demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal de municipal foram efectuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º.1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º1 do art.º46 da LFL, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

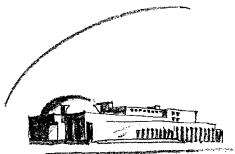
Do cumprimento no disposto no n.º1 do art.º46 da Lei 2/2007 LFL – Lei das Finanças Locais, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



Entidade Mãe - Município de Matosinhos

Sede Social - Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos

Actividade Principal - Actividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 5-A/2002 e Lei 159/99, nomeadamente na área da segurança, protecção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, protecção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013



Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM

Sede Social - Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora

Actividade Principal - Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de actividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo.

Detida a 100% pelo município.



Empresa Municipal - Matosinhos Habit MH, EEM

Sede Social – Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos

Actividade Principal - Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade.

Detida a 100% pelo município.

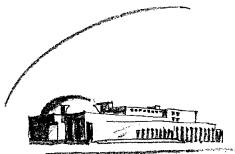
Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2013:

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	1	-
Dirigente Superior	3	-	1
Dirigente Intermédio	43	5	6
Técnico Superior	431	19	26
Assistente Técnico	279	58	10
Assistente Operacional	889	73	6
Informática	16	-	-
Polícia Municipal	38	-	-
Outros	23	-	-
TOTAL	1.722	156	49

3. Informações de procedimentos de consolidação:

Para garantir uma uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas das entidades consolidadas, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

O município de Matosinhos utiliza no processo de consolidação o método de consolidação integral.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013**

Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

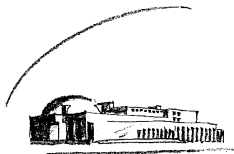
Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	36.776.514,76€			36.776.514,76€
Fornecedores c/c	589.883,88€			589.883,88€
Fornecedores imobilizado	2.784.738,66€		260.355,01€	3.045.093,67€
TOTAL	40.151.137,30€	0,00€	260.355,01€	40.411.492,31€

Daqui a quatro anos, caso não haja recurso a mais endividamento de médio e longo prazo, o grupo municipal apresentará previsionalmente as seguintes dívidas a médio longo prazo:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	27.578.364,35€	0,00€	0,00€	27.578.364,35€
Fornecedores de Imobilizado	0,00€	0,00€	27.422,79€	27.422,79€
TOTAL	27.578.364,35€	0,00€	27.422,79€	27.605.787,14€

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º1 do art.º 46º da LFL) da entidade consolidante e consolidadas resultam no seguinte mapa, não se registando operações entre a Matosinhos Habit e Matosinhos Sport.



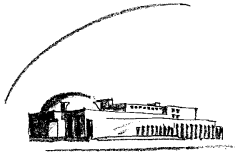
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2013

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2-3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					- €					- €
Subsídios (Subsídios à Exploração)		276 557,56 €			276 557,56 €	574 251,45 €				574 251,45 €
Subsídios (Indemnizações Compensatórias)					- €	36 846,91 €				36 846,91 €
Subsídios (Contrato Programa - Deficite exploração e Preços Sociais)		1 289 970,00 €		731 001,56 €	558 968,44 €					
Empréstimos					- €					- €
Relações comerciais					- €	89 567,58 €	22 239,57 €	- €	22 239,57 €	89 567,58 €
Serviços de Salvamento Balnear		93 832,70 €		50 276,25 €	43 556,45 €					- €
Cedência de Utilização de Equipamentos Desportivos - Piscinas Municipais e Complexos Desportivos		354 978,00 €		354 978,00 €	- €					- €
Execução de Programas de Actividade Física e de Desporto, Formais e Informais e Eventos Desportivos		109 545,71 €		59 402,85 €	50 142,86 €					- €
Atividades de Enriquecimento Curricular		16 565,05 €		- €	16 565,05 €					- €
Transporte de Crianças 1º Ciclo para Atividades físicas e desportiva	16 381,16 €	50 135,11 €		66 516,27 €	- €					- €
Aluguer de instalações para prática de Atividades físicas e desportivas	7 137,32 €	35 807,88 €		42 945,20 €	- €					- €
Protocolo de assunção de custos de utilização de complexos desportivos e piscinas municipais celebrado entre a cm e diversas entidades julho 2013 e ratificado pelo conselho administração em 8/julho		894 754,97 €		730 410,63 €	164 344,34 €					
Indemnização Danos Janeiro 2013		42 709,31 €		- €	42 709,31 €					- €
Campeonato Basquetebol Feminino SUB16		62 333,20 €		62 333,20 €	- €					- €
Maior Aula de Judo		19 557,00 €		19 557,00 €	- €					- €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros					- €					- €
Total	23 518,48 €	3 246 746,49 €	- €	2 117 420,96 €	1 152 844,01 €	700 665,94 €	22 239,57 €	- €	22 239,57 €	700 665,94 €

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MH - Matosinhos Habit, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2-3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					- €					- €
Subsídios (OBRAS PROHABITA 1)	- €	- €		- €	- €					- €
Subsídios (OBRAS PROHABITA 2)	- €	- €		- €	- €					- €
Subsídios (PROJETOS PROHABITA)	59 271,95 €	- €		59 271,95 €	- €					- €
Subsídios (FISCALIZAÇÃO)	9 452,55 €	192,41 €		9 644,96 €	- €					- €
Subsídios (FOGOS DEVOLUTOS)		- €		- €	- €					- €
Subsídios (COBERTURAS CH)		- €		- €	- €					- €
Subsídios (REQUALIFICAÇÃO CH)		531 272,08 €		432 448,28 €	98 823,80 €					- €
Subsídios (RENDAS CONTRATO COMODATO)		235 033,56 €		235 033,56 €	- €					- €
Subsídios (PMAA)		794 926,72 €		794 926,72 €	- €	146 897,92 €			146 897,92 €	- €
Subsídios (CPCI)	25 000,00 €	- €		25 000,00 €	- €					- €
Subsídios (RECRIA)		- €		- €	- €	39 937,64 €			39 937,64 €	- €
Subsídios (CASAS JUVENTUDE)	25 000,00 €	- €		25 000,00 €	- €					- €
Subsídios (PER)	- €			- €	- €					- €
Subsídios (CONTRATO PROGRAMA)		310 000,00 €		310 000,00 €	- €					- €
Empréstimos					- €					- €
Relações comerciais					- €					- €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros						1 724,30 €				1 724,30 €
Total	118 724,50 €	1 871 424,77 €	- €	1 891 325,47 €	98 823,80 €	1 724,30 €	186 835,56 €	- €	186 835,56 €	1 724,30 €

6. Informações relativas a compromissos

Os compromissos assumidos pelo Município de Matosinhos para exercícios futuros, relativo às entidades consolidantes figuram todos no balanço consolidado.



7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1 Imobilizações

Os bens de imobilizado do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

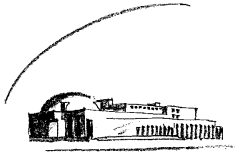
Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º15655/2009, de 7 de Setembro.

7.2 Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado (a seis casas decimais, diferindo portanto, em arredondamentos com os valores na aplicação de contabilidade que executa a duas casas decimais).

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

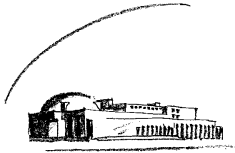
7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.



8. Informações diversas

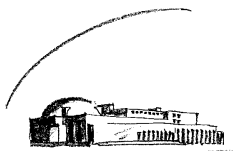
a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

No ano de 2013 na rubrica de despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento registaram-se os seguintes movimentos:

- ❖ 4ª Prestação, 3ª fase dos trabalhos - estudo prévio - "Plano Urbanização da Faixa Litoral de Pampelido - Memória - Cabo do mundo - Perafita" no valor de 22.693,50€;
- ❖ Transferências de imobilizado em curso para imobilizado Corpóreo dos seguintes projetos:
 - Projecto da variante a rua nova de S. Gens no valor de 15.823,00€;
 - Plano Pormenor Parque Recreativo Desportivo Leça da Palmeira no valor de 47.125,18€;
 - Plano Pormenor Parque Desportivo Nascente no valor de 63.764,13€;
 - Acessoria na Área dos Transportes e Comunicações no valor de 43.469,20€;
 - Planeamento e Gestão da Circulação e Transportes no valor de 16.959,23€;
 - Desenvolvimento do site na internet no valor de 12.260,97€.
- ❖ Aquisição de ortofotomapas do concelho de Matosinhos com voo digital 2013 no valor de 13.376,98€;

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

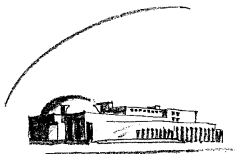
A 31 de dezembro de 2013 as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013**

ATIVO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS E ABATES	SALDO FINAL
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	5.279.679,19	656.293,17	0,00	-160.780,07	6.096.752,43
EDIFÍCIOS	2.897.436,20	0,00	0,00	-42.619,41	2.940.055,61
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	229.069.750,70	3.692,50	0,00	-15.196.995,67	244.270.438,87
BENS PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.158.019,72	0,00	0,00	0,00	2.158.019,72
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.431.982,03	0,00	0,00	-126.470,59	1.558.452,62
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	15.864.402,70	9.344.093,41	0,00	16.537.209,64	8.671.286,47
ADIANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	17.657,45			0,00	17.657,45
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	1.452.166,61	36.070,48	0,00	-199.401,71	1.687.638,80
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	161.716,61	17.471,04	0,00	0,00	179.187,65
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	350.264,71	9.040,50	0,00	162.826,28	196.478,93
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	132.087.635,09	4.590.130,92	0,00	4.362.731,55	132.315.034,46
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	399.806.158,15	12.429.064,91	0,00	-21.604.734,71	433.839.957,77
EQUIPAMENTO BÁSICO	12.300.667,06	508.484,46	0,00	-479.627,42	13.216.363,34
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.555.050,49	154.036,75	0,00	0,00	4.709.087,24
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.557.379,85	5.267,25	0,00	0,00	1.562.647,10
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	7.973.452,10	172.777,76	0,00	-33.018,57	8.179.248,43
TARAS E VASILHAME	569,24				569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	10.175.499,99	-5.192,18	0,00	-4.845.480,35	5.818.024,08
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	64.786.652,56	2.721.000,93	0,00	33.013.297,96	34.477.804,97
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	70.373,64				70.373,64
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
PARTES CAPITAL	1.919.152,99	45.000,00	0,00	635.000,00	1.329.152,99
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO					
Total	893.915.667,08	30.687.231,90	0,00	12.021.936,93	903.294.231,81



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013**

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

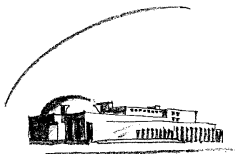
DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<i>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS	143.698,96	36.767,81	2.002,90	182.469,67
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	155.138.158,60	12.782.951,56	3.067.016,39	170.988.126,55
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	126.641,63	25.354,90	0,00	151.996,53
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	339.353,61	31.936,98	15,00	371.305,59
<i>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</i>				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	17.657,45	0,00	0,00	17.657,45
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	1.441.814,11	119.972,00	0,00	1.561.786,11
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	55.823,89	12.754,36	0,00	68.578,25
<i>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	70.541.588,64	10.663.440,90	897.972,07	82.103.001,61
EQUIPAMENTO BÁSICO	10.091.441,16	867.300,55	117.743,50	11.076.485,21
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.303.725,77	97.819,74	0,00	4.401.545,51
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.548.377,08	5.663,35	0,00	1.554.040,43
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	7.234.514,94	442.371,04	20.923,52	7.697.809,50
TARAS E VASILHAME	551,42	17,82	0,00	569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	4.866.394,75	771.041,33	-1.788.211,35	3.849.224,73
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	600.000,00	0,00	-590.000,00	10.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	256.449.742,01	25.857.392,34	1.727.462,03	284.034.596,38

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

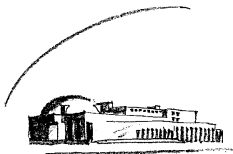
h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

O Município em 31/12/2013 tem as seguintes garantias prestadas a terceiros:

<i>Beneficiário</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
Manuel Mota, Freitas & Teixeira	Aquisição de caloríferos catalíticos	60,00 €
EDP Gás	Tanatório de Matosinhos	240,00 €
TOTAL		300,00 €

A Matosinhos Sport tem garantia prestada à Direcção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1, no âmbito de processo de execução fiscal, no montante de 1.881.556,16€. Processo em fase de marcação de audiência de testemunhas pelo Tribunal Tributário.

A Matosinhos Habit em 31/12/2013 tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, de acordo com a seguinte informação:



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013**

<i>Banco</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
CGD	DGCI	IRC 2003	181.059,48 €
CGD	DGCI	IRC 2004	159.942,44 €
CGD	DGCI	IRC 2005	233.146,30 €

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

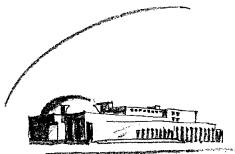
Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EEM	Matosinhos Sport MS, EEM	Correcções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	66.339,72€				66.339,72€
Prestações de Serviços	4.524.119,41€	3.239.191,22€	3.692.128,17€	-2.093.950,60€	9.434.131,01€

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efectuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013**

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão Fiscalização
Município de Matosinhos	201.727,28€	21.309,82€
Matosinhos Habit MH, EEM	48.915,92€	9.840,00€
Matosinhos Sport MS, EEM	46.831,73€	4.000,00€
Total	297.474,93€	35.149,82€

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

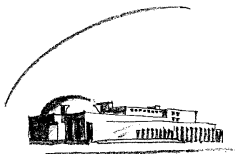
Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.



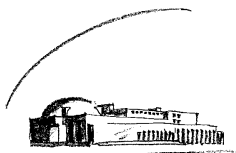
**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013**

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2013	2012	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2013	2012
681	Juros suportados	854.501,18€	1.667.789,23€	781	Juros obtidos	128.411,26€	254.984,25€
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amort. de investim em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões p/ aplicações financeiras			784	Rendim. de particip. de capital	218.535,23€	6.359,62€
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplic. tesour.			786	Descontos pronto pagam. obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	32.565,18€	5.453,50€	787	Ganhos na alienação aplic. tesour.		
	<i>Resultados financeiros</i>	<i>-395.950,08€</i>	<i>-1.069.487,21€</i>	788	Outros prov. e ganhos financeiros	144.169,79€	342.411,65€
TOTAL		491.116,28€	603.755,52€	TOTAL		491.116,28	603.755,52€

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2013	2012	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2013	2012
691	Transf. Capital Concedidas	2.144.889,98€	4.065.340,03€	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	1.352,65€	37.619,09€	793	Ganhos em existências	52.418,78€	2.495,97€
694	Perdas em imobilizações	1.759.464,44€	1.277.379,36€	794	Ganhos em imobilizações	30.298,00€	2.650,00€
695	Multas e penalidades	1.030,08€	7.830,73€	795	Benefícios de penalid. contratuais	2.051.231,11€	488.246,84€
696	Aumentos de Amort. e provisões			796	Redução de Amortiz. e provisões	8.534.257,99€	
697	Correcções relativas a ex. anteriores	573.006,40€	333.508,80€	797	Correcções relativas ex. anteriores	1.072.982,13€	2.020.674,53€
698	Outros custos/perdas extraordinários	4.145.838,27€	543.641,23€	798	Outros prov./ ganhos extraordinár.	6.955.161,64€	6.041.165,81€
	<i>Result. Extraordinários</i>	<i>10.717.67,83€</i>	<i>2.289.913,91€</i>				
TOTAL		18.697.349,65€	8.555.233,15€	TOTAL		18.697.349,65€	8.555.233,15€



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013**

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

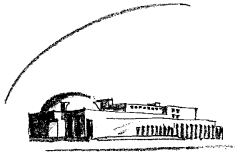
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0€	0€	0€	0€
291	Provisões para cobranças duvidosas	21.638.483,39€	139.527,91€	5.119.998,46€	16.658.012,84€
292	Provisões para riscos e encargos	13.395.042,96€	0€	3.490.950,06€	9.904.092,90€
39	Provisões para depreciações de existências	0€	0€	0€	0€
49	Provisões para investimentos financeiros	600.000,00€ ⁽¹⁾	0€	590.000,00€	10.000,00€

⁽¹⁾ Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

A 31 dezembro de 2013 foram transferidos para o município bens e assunção de créditos relativos a obras assumidas pela Matosinhos Sport de obras de beneficiação realizadas em bens na posse do município. Os respetivos contratos de locação de financeira aguardam o desenrolar de diversas formalidades legais. Os valores desses contratos refletem-se no mapa abaixo:

Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
MUNICÍPIO/MATOSINHOS SPORT	Tractor Agrícola Jonh Deere 6620 Cabina 4 Rm [91-Cq-67]	Caixa Leasing & Factoring, S.A.	327952	11-04-2007	20.182,61 €
	Viatura Scania P270 Cb 4x2 Mnz Cp 114 [00-Ef-65]	Caixa Leasing & Factoring, S.A.	332814	28-09-2007	33.839,41 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	192096	15-11-2010	130.206,43 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193559	15-11-2010	85.416,67 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193558	01-01-2011	116.879,98 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193560	15-02-2011	127.145,83 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	194701	15-02-2011	106.936,73 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195941	15-02-2011	123.336,06 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195945	15-02-2011	131.829,83 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195758	15-03-2011	118.744,03 €
	Aquisição Equipamento Básico	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195939	15-04-2011	4.563,56 €
	Obras em Imóveis Alheios	Banco Santander Totta,S.A.	193557	15-09-2011	145.665,40 €
	Obras em Imóveis Alheios	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	100045202	10-01-2011	115.605,70 €
	Obras em Imóveis Alheios	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	100045203	01-03-2011	34.693,12 €
	Aquisição Equipamento Básico	Banco Santander Totta,S.A.	200987	15-01-2013	2.695,50 €
MH - MATOSINHOS HABIT,EEM	Coberturas Autoportantes	Santander Totta Leasing	196501	02-05-2011	173.963,00 €



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2013**

	Coberturas Autoportantes	Santander Totta Leasing	202132	15-06-2013	238.825,00 €
	Automóvel	BPI Leasing	2010004040	05-05-2010	€
TOTAL					1.656.506,84 €

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

6

Certificação Legal das Contas

Consolidação
de
Contas

2013



RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Senhores Membros da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Matosinhos

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de Matosinhos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013, a Demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2013 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não contem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião da Assembleia Municipal.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 22 de abril de 2014

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC n.º1127)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Matosinhos, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 673.671.941 Euros e fundos próprios de 455.065.644 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.696.659 Euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2013 bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector das Autarquias Locais.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfase

9. Na elaboração do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, e tal como aconteceu nos exercícios anteriores, o Município de Matosinhos acolheu a sugestão do modelo de estrutura de anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados constante das instruções emanadas pelo SATAPOCAL.

Porto, 22 de abril de 2014

Horwath & Associados, SROC, Lda
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC 1127)